

## **A sociedade de economia política faz política com a economia**

Paulo Roberto de Almeida  
(pralmeida@mac.com; www.pralmeida.org)

No que parece ser um fenômeno recorrente do cenário acadêmico nacional, economistas que se auto-denominam como “heterodoxos” voltaram a criticar a política econômica do governo Lula, em novo manifesto que guarda muitas similaridades com manifestações anteriores no mesmo sentido, e que já tive a ocasião de comentar em diversas ocasiões (vide, entre outros exemplos, meu texto “Um manifesto econômico de “inversão”: Análise de um documento político com pouca consistência econômica”, no link: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1060ManifestoEconomistas.pdf>). Desta vez, tratou-se da jovem – fundada em 1996 – Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), que em seu mais recente encontro, em 11 de junho de 2004, aprovou uma “Carta de Uberlândia”, enfatizando o que lhe parecem ser os aspectos inteiramente negativos da atual política econômica praticada pelo governo, na pessoa do ministro Antonio Palocci.

O manifesto teria passado despercebido se o periódico econômico *Carta Capital*, (ano X, nº 300, 21.07.04; link: [http://cartacapital.terra.com.br/site/index\\_frame.php](http://cartacapital.terra.com.br/site/index_frame.php)), não tivesse elaborado matéria a respeito, com entrevista realizada com a presidente da SEP, a professora da FEA-USP Leda Paulani, oferecendo um link para o manifesto em questão (também disponível no site da SEP: [http://www.sep.org.br/carta\\_de\\_uberlandia.pdf](http://www.sep.org.br/carta_de_uberlandia.pdf)). Li esse texto com toda a atenção que sempre dispenso a todo e qualquer documento relativo às políticas públicas em geral, e à política econômica em particular, em especial aqueles provenientes da comunidade acadêmica, que me parecem ser um pouco mais consistentes do que os comentários de imprensa ou as declarações de políticos sobre os mesmos assuntos (embora eu tampouco despreze esse tipo de documento político, como evidenciado em meu texto “Exercício de ficção econômica: coelho de Páscoa?”, também disponível no link: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1242EconomiaFiccional.pdf>).

Como não concordo com as afirmações dos economistas membros da SEP, como considero que o manifesto por eles produzido peca pelo viés não apenas negativo, mas também desfocado, para não dizer deformado, em relação às políticas econômicas à

disposição do, ou praticadas pelo governo, e como acredito que eles passam inteiramente ao largo das conseqüências (que reputo essencialmente negativas) que teriam eventuais políticas alternativas por eles propostas – que eles se eximem de detalhar –, pretendo proceder da forma habitual em ocasiões similares, isto é, efetuar uma leitura crítica e alinhar comentários tópicos sobre os textos disponíveis, ademais de observações gerais pertinentes a esse gênero de exercício. Os textos são, ademais da própria “Carta de Uberlândia”, a entrevista concedida à revista *Carta Capital* pela presidente da SEP. Embora dispensável, esclareço que não possuo nenhum mandato de qualquer autoridade para dedicar-me a este tipo de “diálogo unilateral”, nem o faço motivado por qualquer desejo de apenas contradizer os economistas políticos, mas simplesmente como prática individual e manifestação espontânea do debate aberto, que constitui um dos mais naturais direitos de nossa sociedade democrática.

### **I. Comentários à Carta de Uberlândia, da SEP**

1) SEP: *“Os economistas reunidos no IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), entre 8 e 11 de junho de 2004 em Uberlândia (MG), vêm a público manifestar sua posição contrária à política econômica do governo Lula.”*

PRA: Trata-se de um direito deles, mas pode-se considerar curioso o fato de que eles não tenham conseguido encontrar nenhum aspecto da política econômica do governo que recolha seu assentimento ou mesmo concordância parcial. Trata-se do que se poderia chamar de julgamento globalmente negativo, o que permitiria supor que a atual política econômica não apresenta nenhuma condição de encontrar aprovação quanto às suas orientações e resultados junto a pessoas mediana ou satisfatoriamente bem informadas como são os membros da SEP. Tamanha unanimidade na avaliação negativa abre espaço a que se considere o documento em questão como essencialmente político, e não de tipo econômico como seria de se esperar.

2) SEP: *“É fundamental desmistificar as justificativas oficiais e os comentários econômicos da mídia sobre a necessidade de contingenciamento do orçamento fiscal ou da geração de superávits primários incompatíveis com a recuperação do crescimento.”*

PRA: O verbo “desmistificar” é particularmente mistificador nesta circunstância, já que nem o governo tem feito segredo de sua intenção de continuar a obter superávits primários com o objetivo de manter as contas públicas numa trajetória de equilíbrio, nem

a mídia tem colaborado com o governo em qualquer empreendimento de supressão das informações oficiais à sociedade ou de indução em erro de qualquer natureza. Não há nenhuma justificativa em jogo, mas tão somente atos de informação pública, tão transparentes quanto possível em se tratando de matéria técnica.

O fato de que os economistas da SEP consideram que a geração de superávits primários é incompatível com a retomada do crescimento permite supor que eles recomendariam que essa retomada se fizesse com a geração de déficits constantes ou crescentes, o que configuraria, aí sim, uma situação insustentável para o crescimento e o desenvolvimento econômico no Brasil. Não se compreende como economistas razoavelmente bem informados, e supostamente bem formados, não consigam atentar para a enormidade das conseqüências de um crescimento por impulsos, baseado no déficit público numa situação de endividamento excessivo e desequilíbrio crônico das contas públicas. Eles deveriam fazer um curso sobre a lei da responsabilidade fiscal.

3) *“As alternativas a esta política econômica existem, são viáveis, socialmente inadiáveis e teriam o apoio da ampla maioria dos brasileiros que elegeu Lula para mudar a política econômica.”*

PRA: Sempre existem alternativas a quaisquer políticas econômicas adotadas em qualquer parte do mundo, como aliás existem alternativas a qualquer tipo de política. O diabo está nos detalhes e enquanto os economistas da SEP não precisarem os contornos e sustentabilidade de “suas” políticas alternativas, suas recomendações evasivas valem tanto quanto quaisquer outras sugestões. Pode-se entender que um manifesto político de duas páginas não ofereça, exatamente, as condições ideais para uma elaboração detalhada das políticas alternativas, mas eles deveriam pelo menos esforçar-se para trazer um pouco mais de seriedade ao debate.

4) *“A existência e o crescimento da Sociedade Brasileira de Economia Política é uma demonstração de que não há um caminho único em economia, nem uma análise única dos desafios colocados à nossa sociedade.”*

PRA: A SEP está querendo, comparativamente, retroceder aos tempos anteriores a Copérnico, colocando-se no centro de um universo que ela mesma criou, na qual vive em torno do seu próprio eixo e na qual se reflete a si mesma como se fosse um sol. A existência da SEP tem tanta importância para caminhos múltiplos em economia quanto a

liberdade de pensar, de escrever, de defender idéias sensatas ou mesmo idéias malucas. A SEP acaba de inaugurar uma nova escola em economia: o narcisismo econômico.

5) *“O debate público sobre alternativas de política econômica é um fato corriqueiro em qualquer sociedade democrática.”*

PRA: A SEP padece da paranóia da perseguição intelectual, pois não se conhece, desde o fim da censura à imprensa no Brasil, ainda em pleno regime militar, nenhuma restrição ao livre debate econômico nos meios de comunicação. Essa liberdade precedeu à democracia, e continuou a ser exercida com muito mais energia no período pós-1985, lá se vão quase 20 anos.

6) *“A manutenção da política de esterilização de recursos tributários para enfrentar o serviço da dívida pública com juros fixados pelo próprio governo constitui um mecanismo poderoso de transferência de renda das famílias assalariadas para uma elite rentista, numa prática que só faz aprofundar a realidade perversamente desigual do país.”*

PRA: Os economistas da SEP têm razão, mesmo descontando-se o fato de que vários deles devem ter aplicações bancárias em certificados de depósitos investidos em títulos públicos, e devem estar muito contentes com os altos juros recebidos em retorno de suas poupanças investidas. Mas eles estão agindo em relação às conseqüências da dívida pública, não em direção de suas causas. Eles deveriam apontar, em primeiro lugar, como fazer para impedir o Estado de emitir tantos títulos, de recolher tanta poupança privada, e como evitar que nesse jogo o nível de juros seja aquele determinado por esse precário equilíbrio entre despoupanca estatal e poupanças privadas. Enquanto eles não resolverem o problema do desequilíbrio das contas públicas, suas perorações contra os rentistas têm tanto efeito quanto reclamar do meteorologista que vem de público anunciar chuvas e trovoadas.

7) *“Essa transferência, além do mais, alimenta a armadilha da dívida pública, deixando o Tesouro Nacional incapaz de financiar políticas de desenvolvimento econômico e social de competência da União que viabilizem a criação de empregos e a elevação da massa salarial.”*

PRA: Estamos aqui na clássica situação do ovo ou da galinha: foi a dívida que produziu juros altos, ou foram estes que produziram a dívida pública? Os economistas da SEP estão convidados a responderem a essa tão angustiante quanto ingênua questão: enquanto não se enfrentar a situação de despoupança estatal, não adianta reclamar do

nível dos juros, do volume da dívida, ou das transferências para os rentistas.

Apenas como informação aos economistas da SEP: não é o Tesouro que financia políticas de desenvolvimento econômico e social, ele apenas assegura o caixa do governo. Quem financia essas políticas é o orçamento do governo, que por sua vez é elaborado por um bando de tecnocratas sob a orientação de um ministro guiado pelo presidente, aprovado por um bando de parlamentares preocupado com suas aplicações provinciais, e implementado por um governo que supostamente está comprometido com o bem comum. O Tesouro faz apenas aquilo que o governo, as leis e a constituição lhe ordenam fazer, nem mais, nem menos. Na mesma linha, o Tesouro tem tanto a ver com criação de empregos e massa salarial quanto o Banco Central tem a ver com políticas de controle da natalidade, ou seja, absolutamente nada. Os economistas da SEP deveriam se informar melhor sobre a repartição de competências funcionais e mandatos num governo normalmente constituído.

8) *“Em 2003, por exemplo, foram gastos R\$ 145 bilhões com juros da dívida pública, mais do que todas as despesas dos três poderes no âmbito federal (descontados os gastos com previdência social) e o equivalente a mais de 18 vezes o orçamento geral anual de todas as universidades federais.”*

PRA: Somos gratos aos economistas da SEP por nos lembrar os números dramáticos do serviço da dívida pública, e eles estão desde já convidados a superar a fase do muro das lamentações para indicar, claramente, o que pretendem fazer com essa situação verdadeiramente intolerável. A menção aos orçamentos das universidades federais revela, mais uma vez, que eles vivem no pequeno mundo da academia, cuja principal atividade, atualmente, é alimentar o vale de lágrimas do muro das lamentações acima mencionado.

9) *“Não fossem as transferências maciças de recursos de impostos e de contribuições sociais para o pagamento de juros, seria possível ainda implementar uma política efetiva de Seguridade Social, garantindo saúde para todos e incorporando o expressivo contingente de famílias urbanas e camponesas hoje dela excluído.”*

PRA: Não fossem essas absurdas transferências, seria possível tapar os buracos das estradas, alimentar um generoso programa de renda mínima, dar ricas bolsas a todo e qualquer estudante universitário, enfim, satisfazer os mais interessantes sonhos de bem estar social. A SEP fica nos devendo a receita mágica que permitiria evitar o pagamento

de juros abusivos, mas, por favor, sem calote dos títulos públicos, do contrário vários dos seus membros e outros professores universitários ficariam sem o seu justo rendimento de uma poupança duramente amealhada ao longo de anos de trabalho honesto e dedicado.

*10) “A suposta austeridade fiscal, que exige de prefeitos e governadores a redução dos investimentos na área social, não impõe qualquer controle ou sanção aos que decidem a política de juros e elevam a dívida pública em favor dos credores nacionais e internacionais.”*

PRA: Os professores da SEP precisariam nos explicar como um governo “neoliberal”, como a anterior administração de FHC, e como um governo supostamente reformista, como a atual administração de Lula, conseguem, ambos, servir aos mesmos credores, nacionais e internacionais, partindo de premissas ideológicas tão opostas e de posições e compromissos diametralmente opostos como ainda se reconhece hoje em dia. Será que é porque a “suposta austeridade fiscal” não tem, de fato, coloração ideológica, e que ela se impõe como uma necessidade incontornável a todo e qualquer governo que não pretende ver sua administração soçobrar no mar da espiral inflacionária, da fuga de capitais e do descontrole fiscal?

A indignação de caráter sentimentalóide (redução de investimentos sociais) e de pretensão fundo moral constitui um péssimo substituto a uma análise serena e objetiva da realidade econômica do Brasil, mas isso os membros da SEP já deveriam saber, com base numa leitura atenta dos números oficiais das contas públicas. Se eles ainda não o fizeram, recomenda-se que o próximo encontro da sociedade seja dedicado inteiramente à troca de informações sobre as contas primárias da União, dos estados e municípios. Depois, se poderia pedir que eles redigissem uma nova carta, fazendo recomendações para paliar à realidade assustadora que eles finalmente poderão descobrir a partir dessas leituras de horror econômico, com cenas de déficit explícito a cada página.

*11) “Nós nos manifestamos pela imediata mudança da política econômica. Defendemos a revisão da abertura financeira do país como condição para a redução drástica das taxas de juros e para alívio do peso hoje representado pela dívida pública.”*

PRA: Os economistas da SEP estão singularmente mal informados: o nível da taxa de juros não é determinado pela abertura financeira do Brasil, do contrário outros países emergentes, com nível bem maior de abertura financeira teriam juros altíssimos, o que manifestamente não é o caso. Recomenda-se que eles dêem uma olhada na situação

fiscal de cada um desses países, para ver se déficit orçamentário e dívida pública são inocentes nesse quesito. De resto, eles estão inteiramente livres para propor essa “mudança imediata” na política econômica do país, e não se compreende que eles não tenham tido sequer o cuidado de propor a “sua” política econômica. Tantas sumidades se reúnem durante dois dias de intensos debates e nenhum resultado prático, a não ser críticas genéricas à situação presente, advém desses doutos colóquios recheados a frases de grande eloquência econômica? Eles deveriam voltar a se reunir para fazer melhor o dever de casa, que é o de não apenas criticar, mas também propor políticas alternativas que sejam factíveis, sustentáveis e sobretudo eficientes em promover todas as benesses que eles nos prometem com suas receitas mágicas de desenvolvimento indolor.

12) *“Defendemos igualmente o controle democrático da atuação e das decisões tomadas pelo Banco Central do Brasil.”*

PRA: Qual seria a fórmula?: submeter as decisões do Copom a um plebiscito organizado pela CNBB? Um Banco Central independente, dotado de um Copom amplo e representativo, com mandato fixo, submetido ao escrutínio regular do Congresso, seria plenamente democrático para assegurar os interesses da maioria, sem os desconfortos de um poder político errático, querendo fazer política eleitoral via determinação dos juros.

13) *“Defendemos, enfim, que a sociedade brasileira tenha a possibilidade de participar dos destinos da nação, de pensar e de elaborar um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento econômico e social.”*

PRA: A sociedade está inteiramente livre para começar quando quiser. A SEP poderia tomar a iniciativa de propor o seu projeto nacional e submetê-lo à discussão nacional. Entende-se que ele será um pouco mais elaborado do que uma carta-manifesto de duas páginas, recheada de idéias vagas e recomendações piegas. Mãos à obra SEP.

## **II. Comentários à entrevista da presidente da SEP à revista *Carta Capital***

(ano X, nº 300, 21.07.04; [http://cartacapital.terra.com.br/site/index\\_frame.php](http://cartacapital.terra.com.br/site/index_frame.php))

1) *Leda Paulani*: “CC: Quais as principais diferenciações que vocês fazem entre os pensamentos ortodoxo e o heterodoxo? - LP: *O ortodoxo, em síntese, propõe o orçamento fiscal equilibrado, o controle da moeda, e a menor interferência possível do*

*governo, pois tem por trás o ideário liberal. Defende a liberdade nas contas de capitais e a moeda forte, ou seja, não é adepto da taxa de câmbio competitiva.”*

PRA: Não há uma explicitação teórica similar para a corrente heterodoxa, mas é surpreendente constatar que, para um membro distinguido da academia, orçamento fiscal equilibrado, controle da moeda e interferência reduzida do governo são sinônimos do ideário liberal, quando estes elementos de política econômica deveriam, supostamente, constituir os fundamentos de qualquer sistema econômico razoavelmente sadio. Os economistas, aliás, independentemente das correntes a que se filiam, deveriam ser os primeiros a sustentar a necessidade de dotar a economia nacional de sólidos fundamentos macroeconômicos. Devemos então entender, como simulação simétrica e oposta, que o economista heterodoxo prefere, como práticas “normais” de administração, orçamentos desequilibrados (registre-se *en passant*, que o aspecto fiscal não se resume ao orçamento, nem sequer ao simples sistema tributário), o descontrole da moeda (isto é, o emissionismo irresponsável) e a máxima interferência possível do governo na economia? Seriam estas as bases de um pensamento não liberal em economia?

Pode-se observar, em seguida, que o ideário liberal, proclama, sim, a liberdade de movimentação de capitais, mas, justamente, o conceito de “moeda forte”, como oposto a uma taxa de câmbio competitiva, é totalmente contraditório ao verdadeiro pensamento liberal, que nesse particular também proclama a liberdade de câmbio. Ou seja, o liberal recomendaria, na verdade, o câmbio flutuante, o sistema que melhor se encaixa nos seus princípios de liberdade de mercados. Em decorrência da flutuação, a moeda será “forte” ou “fraca” em função das velhas leis de mercado e não por determinação da vontade política de algum economista no poder, que pode ser tentado a dar-lhe uma ou outra dessas características atendendo a considerações outras que não os estritos fundamentos econômicos que sustentam aquela moeda. alheio , ou seja, não é adepto da

Liberdade financeira e cambial é uma posição consistente com os princípios econômicos liberais, mas são poucos os governos que se deixam guiar por princípios abstratos, preferindo eles intervir nos mercados por razões essencialmente pragmáticas. A tendência conduz, geralmente, dos controles à liberalização progressiva, e esta será, igualmente, a evolução no Brasil, quando as condições o permitirem. Transformar isso em doutrina ou ideário é a pior espécie de prática econômica que poderia existir.

2) *Leda Paulani: ‘CC: O que a Sociedade propõe, em termos práticos LP: Do ponto de vista macro, propõe, em primeiro lugar, reduzir a vulnerabilidade externa, por meio do controle de capitais, porque aí ganha-se grau de autonomia interno em política monetária. Propõe a taxa de câmbio competitiva e um colchão de reservas razoável.’*

PRA: Controles de capitais podem também aumentar a volatilidade do sistema, ao induzir os agentes a buscarem refugio em divisas fortes e em remessas “informais” de capitais ao exterior, agregando, portanto, à vulnerabilidade geral da economia. Um sistema razoavelmente aberto, com possibilidade de estímulos fiscais para a entrada ou retenção de capitais pode funcionar melhor do que controles estritos. A taxa de câmbio “competitiva”, no conceito heterodoxo, isto é, com moeda politicamente desvalorizada, deixa a todos mais pobres vis-à-vis o exterior, e induz a comportamentos atentistas nos agentes econômicos, sem falar no total desestímulo à busca de competitividade externa, com aumento, portanto, da vulnerabilidade externa que o heterodoxo queria evitar. Por que não deixar que o próprio mercado estabeleça a taxa de câmbio mais apropriada para a economia? Finalmente, um bom colchão de reservas geralmente custa caro, pois o que se paga para mantê-lo pode ser obtido de maneira mais fácil e barata via incremento geral das correntes de comércio (nos dois sentidos), a melhor garantia de um fluxo constante e regular de divisas para cobrir as necessidades de pagamentos externos num dado período.

3) *Leda Paulani: “É inacreditável, veja bem: o governo se endivida cada vez mais e sufoca a economia do País porque paga um preço que ele mesmo fixa lá nas alturas. Qualquer gerente de empresa que fizesse uma política dessas seria despedido no ato.”*

PRA: É inacreditável, veja bem: qual é o gerente de empresa que tem a liberdade de endividar continuamente a sua empresa e ainda assim continuar sendo gerente? E qual é o gerente de empresa, que tendo provocado desequilíbrio nas contas de sua empresa, ao ponto de sufocamento contábil, consegue ir ao banco e fixar ele mesmo a taxa de juros que ele gostaria de pagar? O banqueiro escuta gentilmente e concede no ato? Líderes políticos tão irresponsáveis como esse gerente só conseguem ser despedidos, via de regra, após quatro anos de mandato; antes disso eles podem ser irresponsáveis. Podiam, pois agora com a lei de responsabilidade fiscal, as despesas públicas vêm sendo controladas, mas é também inacreditável constatar que os heterodoxos não dão a mínima importância para a responsabilidade fiscal e o equilíbrio das contas públicas, assim como eles dão pouco valor ao cumprimento dos contratos, como os de pagamento de dívidas.

4) *Leda Paulani: “O cidadão brasileiro, traumatizado, foge da inflação como o diabo da cruz, e o BC usa esse medo para justificar sua política monetária. Só que não há nenhum perigo de descontrole inflacionário se a inflação, em vez de 8%, chegar a 10% ao ano... Ninguém vai morrer, e é preciso ver os ganhos sociais advindos disso, como a diminuição do desemprego.”*

PRA: Heterodoxos sempre acham que um pouco mais de inflação não faz mal e que os perigos são compensados pelos benefícios. O Brasil experimentou esse “pouco mais” durante várias décadas e não se sabe que benefícios a sociedade retirou desse tipo de complacência inflacionária. Quem aceita 10, acaba aceitando 12, e depois 15, e com isso a espiral inflacionária volta para atormentar os pobres. Os economistas heterodoxos, de sua parte, já terão aplicações protegidas dos riscos inflacionários e cambiais...

5) *Leda Paulani: “Nosso objetivo é levar à opinião pública a informação de que há mais alternativas para se conduzir a política econômica brasileira, que há muitos economistas que pensam de outra forma. E que a ortodoxia não é algo inatacável e inquestionável, como se fosse a única saída possível.”*

PRA: A SEP tem total liberdade para propor suas políticas alternativas, sabendo porém que inflação, controle de capitais e câmbio desvalorizado já foram tentados no passado, com resultados medíocres em termos macroeconômicos e socialmente negativos para os estratos assalariados não protegidos.

Paulo Roberto de Almeida  
Brasília, 1305: 21 de julho de 2004  
(pralmeida@mac.com; www.pralmeida.org)

-----

(textos originais)

### **Carta de Uberlândia**

Os economistas reunidos no IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), entre 8 e 11 de junho de 2004 em Uberlândia (MG), vêm a público manifestar sua posição contrária à política econômica do governo Lula.

É fundamental desmistificar as justificativas oficiais e os comentários econômicos da mídia sobre a necessidade de contingenciamento do orçamento fiscal ou da geração de superávits primários incompatíveis com a recuperação do crescimento. As alternativas a esta política econômica existem, são viáveis, socialmente inadiáveis e teriam o apoio da ampla maioria dos brasileiros que elegeu Lula para mudar a política econômica.

A existência e o crescimento da Sociedade Brasileira de Economia Política é uma demonstração de que não há um caminho único em economia, nem uma análise única dos desafios colocados à nossa sociedade. O debate público sobre alternativas de política econômica é um fato corriqueiro em qualquer sociedade democrática.

A manutenção da política de esterilização de recursos tributários para enfrentar o serviço da dívida pública com juros fixados pelo próprio governo constitui um mecanismo poderoso de transferência de renda das famílias assalariadas para uma elite rentista, numa prática que só faz aprofundar a realidade perversamente desigual do país. Essa transferência, além do mais, alimenta a armadilha da dívida pública, deixando o Tesouro Nacional incapaz de financiar políticas de desenvolvimento econômico e social de competência da União que viabilizem a criação de empregos e a elevação da massa salarial. Em 2003, por exemplo, foram gastos R\$ 145 bilhões com juros da dívida pública, mais do que todas as despesas dos três poderes no âmbito federal (descontados os gastos com previdência social) e o equivalente a mais de 18 vezes o orçamento geral anual de todas as universidades federais.

Não fossem as transferências maciças de recursos de impostos e de contribuições sociais para o pagamento de juros, seria possível ainda implementar uma política efetiva de Seguridade Social, garantindo saúde para todos e incorporando o expressivo contingente de famílias urbanas e camponesas hoje dela excluído. A suposta austeridade fiscal, que exige de prefeitos e governadores a redução dos investimentos na área social, não impõe qualquer controle ou sanção aos que decidem a política de juros e elevam a dívida pública em favor dos credores nacionais e internacionais.

Nós nos manifestamos pela imediata mudança da política econômica. Defendemos a revisão da abertura financeira do país como condição para a redução drástica das taxas de juros e para alívio do peso hoje representado pela dívida pública. Defendemos igualmente o controle democrático da atuação e das decisões tomadas pelo Banco Central do Brasil. Defendemos, enfim, que a sociedade brasileira tenha a possibilidade de participar dos destinos da nação, de pensar e de elaborar um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento econômico e social.

Uberlândia, 11 de junho de 2004.

-----

*Carta Capital: política, economia e cultura*

21 de julho de 2004, ano X, nº 300

Link: [http://cartacapital.terra.com.br/site/index\\_frame.php](http://cartacapital.terra.com.br/site/index_frame.php)

Acesso em 21 de julho de 2004

Economia

VOZES CENSURADAS

Sociedade de economistas, liderada por Leda Paulani, critica o engessamento que impera na política econômica e até no meio acadêmico.

Por Amália Safatle

Diante da ortodoxia que impera na condução dos rumos econômicos do Brasil e até mesmo no meio acadêmico, a Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), formada em 1996 por nada menos que 350 professores de economia do País, soltou há pouco tempo um manifesto crítico em relação à política econômica do governo Lula e a favor da discussão de meios alternativos e heterodoxos. Leda Paulani, que leciona na FEA-USP, eleita presidente da SEP por dois anos, solta a verve: “É absolutamente irracional você fazer um país de 179 milhões de habitantes depender de meia dúzia de investidores que podem dar no pé ao menor sinal de perigo”, diz.

Diagnóstico.

"A ortodoxia e a mídia elegeram o risco país, o c-bond e o câmbio como os três indicadores da saúde econômica do Brasil" Para Leda, a inflação tem sido usada como mero pretexto para manter os juros altos, enquanto a imprensa ajuda a cristalizar alguns mitos. “Elegeram-se três indicadores para avaliar a saúde da economia: o risco país, o C-bond e a taxa de câmbio”.

No manifesto, chamado Carta de Uberlândia, local onde se deu a última reunião da Sociedade, escreve-se: “A manutenção da política de esterilização de recursos tributários para enfrentar o serviço da dívida pública com juros fixados pelo governo constitui um mecanismo poderoso de transferência de renda dos assalariados para uma elite rentista”.

**CC: Por que vocês resolveram criar a Sociedade Brasileira de Economia Política? Quais são seus objetivos?**

LP: Ela foi criada em 1996, unindo professores de economia de várias universidades do País que estavam percebendo o estreitamento do espaço acadêmico não só para a discussão de questões baseadas em outras linhas de pensamento que não a ortodoxia, assim como de outras áreas de conhecimento consideradas marginais: metodologia econômica, sociologia econômica, história do pensamento econômico. Essas são áreas nas quais você é levado a refletir sobre os condicionamentos que produzem determinados tipos de idéia – tudo isso mexe com as coisas ortodoxas, arrumadas, “imexíveis”. O objetivo foi criar um espaço acadêmico adicional para a heterodoxia.

**CC: Quais as principais diferenciações que vocês fazem entre os pensamentos ortodoxo e o heterodoxo?**

LP: O ortodoxo, em síntese, propõe o orçamento fiscal equilibrado, o controle da moeda, e a menor interferência possível do governo, pois tem por trás o ideário liberal. Defende a liberdade nas contas de capitais e a moeda forte, ou seja, não é adepto da taxa de câmbio competitiva. Tirando as querelas acadêmicas, a ortodoxia é exatamente o que vemos no Ministério da Fazenda. Mas também há alguns keynesianos, os chamados novos keynesianos, que apóiam esse tipo de coisa. Então, ortodoxia para nós é tudo o que vem da teoria neoclássica, somada ao monetarismo e aos novos keynesianos. Uma corrente manteve-se fiel a Keynes, chamada pós-keynesiana. Então, nossa sociedade tem como base as correntes alternativas ao chamado mainstream econômico, ou seja, o marxismo, o keynesianismo, o pós-keynesianismo etc.

**CC: O que a Sociedade propõe, em termos práticos?**

LP: Do ponto de vista macro, propõe, em primeiro lugar, reduzir a vulnerabilidade externa, por meio do controle de capitais, porque aí ganha-se grau de autonomia interno em política monetária. Propõe a taxa de câmbio competitiva e um colchão de reservas razoável. Nesse mundo de hoje, mesmo tendo controle de capitais, você fica muito

vulnerável se tiver reservas líquidas como as atuais, de cerca de US\$ 22 bilhões, muito pequenas diante do tamanho da economia brasileira. A Índia, que tem um PIB de US\$ 570 bilhões, possui reservas líquidas de US\$ 120 bilhões. Não por acaso a Índia passou incólume por todas as crises financeiras mundiais desde 1994. A idéia, então, é garantir o equilíbrio das contas externas pela balança de transações correntes, sem depender da balança de capitais, que ou é investimento direto ou é investimento de curto prazo. O de curto prazo, a gente sabe atrás do que ele vem e também que ele sai correndo ao menor sinal de perigo. Então é absolutamente irracional você fazer a economia de um país de 179 milhões de habitantes depender de meia dúzia de investidores que podem dar no pé a qualquer momento. E os diretos dependem de ter o que vender, não é? Ou seja, já foi, o País já vendeu tudo o que tinha para vender.

**CC: Mas e o investimento direto que não depende das privatizações?**

LP: O investimento direto que cria capacidade produtiva é melhor que aquele que vem adquirir um patrimônio já existente. Esse investimento direto o Brasil sempre teve. Girava lá em torno de US\$ 500 milhões a US\$ 1 bilhão por ano. Aliás, teve muito na época do governo JK, com os 50 anos em cinco. Então, enquanto a economia mundial vai bem, a entrada de dinheiro em capital produtivo acompanha. Já o enxame de dólares que tivemos nos últimos anos deveu-se à política de abertura comercial e à decisão do Estado de privatizar os setores em que atuava. Isso criou um menu de capitais bons e baratos e o dinheiro estrangeiro veio correndo. A abertura quebrou uma porção de setores e a privatização redirecionou ao setor privado os setores que são o filé-mignon da lucratividade no mundo: os serviços de utilidade pública. Houve ano, como o de 1998, em que o investimento direto beirou os US\$ 30 bilhões. Agora, isso não se repete mais. Você não tem uma Telebrás para vender todo dia. Esse é um tipo de política que, no médio prazo, complica a balança de pagamentos.

**CC: Por quê?**

LP: Porque todo esse capital atuava dentro dos limites geográficos do Brasil, era produzido aqui dentro, gerava ganho capitalista aqui dentro, e podia ser auferido em reais. Quando você internacionaliza o capital produtivo, ele não pode mais gerar lucros na moeda doméstica. Todo esse capital tem de produzir lucro em dólares. Essa é uma das razões pela qual os serviços no Brasil têm de subir juntamente com a taxa de câmbio.

**CC: E não porque tenham insumos em dólar.**

LP: Sim, é porque têm de gerar ganhos em dólar. Antes, a Telebrás e a Eletropaulo não precisavam gerar lucro em dólar. Isso bate na balança de serviços, que faz parte da balança de transações correntes. No curto prazo é bom porque entra aquele monte de dólar, mas, no médio prazo, não. Antes dos anos 90, o envio de lucros e dividendos para o exterior nunca chegava a US\$ 1 bilhão. Depois, já teve ano em que chegou próximo a US\$ 8 bilhões. Ou seja, não é em princípio ruim em si que recebamos divisas por meio da balança de capitais, desde que haja controle sobre isso para que não perca graus de liberdade internamente. Mas jamais se pode fazer disso o ponto principal do equilíbrio das contas externas, como foi feito em boa parte do governo FHC.

**CC: Mas hoje o arrimo das contas externas não é a exportação?**

LP: Hoje é. Isso só aconteceu depois da desvalorização do câmbio em 1999, sendo que de fato os impactos dessa mudança sobre as contas externas só começaram a se mostrar no fim de 2000. Mas, se, por exemplo, você errar a mão no câmbio de novo, começa a complicar essa fonte.

**CC: Na sua opinião, o câmbio hoje está em um bom patamar?**

LP: Acho que está razoável, mas no ano passado o governo deixou o câmbio se valorizar demais, desnecessariamente. Com essa turma que está lá, o Banco Central sempre intervém quando o real está se desvalorizando. Mas quando está se valorizando, não intervém. Porque existe um mito segundo o qual, se a moeda está forte, a economia está forte.

**CC: Para o leigo, o cidadão comum, a moeda forte significa que o governo está dando certo.**

LP: Exatamente. E já que o BC não interveio para impedir que o real se valorizasse, ao menos deveria ter aproveitado o lado bom dessa história para recompor reservas, o que também não fez.

**CC: E quanto ao controle interno? Qual sua opinião sobre o controle da dívida pública?**

LP: A primeira coisa é que se elegeram três indicadores para avaliar a saúde econômica do País.

**CC: Quem elegeu?**

LP: A mídia e a ortodoxia. Juntas. Você liga a televisão e em qualquer canal e em qualquer jornal você ouve falar do C-Bond, do risco país e da taxa de câmbio.

**CC: Isso porque o jornalista cai na conversa da teoria dominante?**

LP: Um pouco é isso, mas também não podemos botar toda a culpa nos jornalistas. Essa coisa toda começou em 1999, depois que o governo na época teve de desvalorizar o câmbio e ficou explícito que a economia nacional tinha ficado muito mais vulnerável do ponto de vista externo do que era antes. Acompanhar o risco país e o C-Bond só é importante se o País depender de recursos externos. Se fôssemos menos vulneráveis e tivéssemos mais reservas, qual seria o problema de o risco subir e o C-bond cair? Outra preocupação que se difunde pela mídia é o da dívida pública. É como se a dívida fosse algo do qual a sociedade tem de se penitenciar, por ter sido irresponsável e ter dado o passo maior que a perna. Isso, que pode até ser condenável na economia doméstica, na macroeconomia não é. Ou seja, a dívida pública é algo absolutamente natural dentro do capitalismo, e não é para ser “quitada” no sentido doméstico do termo, até porque é uma fonte não desprezível de acumulação privada. Por isso, Marx chamava dívida pública de “capital fictício”. No Japão, a dívida em relação ao PIB é enorme.

**CC: O que assustou no Brasil foi o salto que a relação dívida/PIB deu em um curto período?**

LP: É isso, mas por que se deu esse salto? Justamente devido à política ortodoxa adotada, ou seja, a manutenção dos juros em patamares tão altos. É inacreditável, veja bem: o governo se endivida cada vez mais e sufoca a economia do País porque paga um preço que ele mesmo fixa lá nas alturas. Qualquer gerente de empresa que fizesse uma política dessas seria despedido no ato. Ao contrário do que se costumava acusar o keynesianismo nos anos 70, de elevar o endividamento do Estado devido ao aumento dos investimentos, esse aumento é feito pela política ortodoxa por meio dos juros, e sem gerar investimentos.

**CC: Podemos dizer que os juros são colocados em patamares altos usando como pretexto o perigo da volta da inflação?**

LP: É, a inflação tornou-se um mero pretexto. O cidadão brasileiro, traumatizado, foge da inflação como o diabo da cruz, e o BC usa esse medo para justificar sua política

monetária. Só que não há nenhum perigo de descontrole inflacionário se a inflação, em vez de 8%, chegar a 10% ao ano...

**CC: ...ninguém vai morrer.**

LP: Ninguém vai morrer, e é preciso ver os ganhos sociais advindos disso, como a diminuição do desemprego.

**CC: Em compensação, os investidores não vão gostar nada...**

LP: Claro que não, porque o País tornou-se “emergente” justamente porque se mostrou um instrumento de valorização financeira potencialmente muito promissor e não porque estaria se integrando à globalização pela via do comércio. O que os investidores estrangeiros buscam é o ganho real em moeda forte, de preferência com o menor risco possível.

**CC: Assim como boa parte do capital produtivo, que também tem suas aplicações no mercado financeiro?**

LP: Essa é outra coisa que precisa ser esclarecida. Não existe essa coisa do capital financeiro vilão que combate o capital produtivo bonzinho, vítima do juro alto. Na verdade, o grande capital sempre ganha, porque, dependendo da situação dos juros, faz o mix de aplicação financeira e produtiva necessário para maximizar seu retorno monetário. O próprio vice-presidente da República, José Alencar, já declarou que a Coteminas ganha muito dinheiro por meio de suas aplicações financeiras. Quem sofre de fato é o trabalhador que vai para o olho da rua e o pequeno capital. Mas são muitos os interesses que teriam de ser contrariados para que se mudasse a política econômica.

**CC: Nessa escolha da ortodoxia pelo atual governo, faz sentido dizer que o presidente Lula queria mostrar à comunidade financeira que não era o bicho-papão que se temia, talvez para satisfazer a uma necessidade pessoal?**

LP: Acho que isso também pesou em sua escolha. Acho que Lula tinha medo de ser visto como um aventureiro, só que se esqueceu de considerar que tem por trás de si um partido político com 20 anos de história. Todo mundo sabia quem era o Lula e quem era o PT.

**CC: Mas a “direita” o demonizava.**

LP: Sim, a direita mais besta-fera podia até enxergar em Lula um novo Fidel Castro. E Lula acabou optando por seguir o pensamento ortodoxo, cuja política econômica produz crescimento lento, quando produz.

**CC: Mas alega-se que só assim o crescimento será sustentável. O que a senhora acha disso?**

LP: Olha, em uma economia como a brasileira não é preciso muito esforço para manter um crescimento como o da era FHC. É só deixar o barco correr.

**CC: Esse manifesto que vocês produziram será levado ao governo?**

LP: Não. Se fôssemos levar algo ao governo, seria um conjunto de propostas estruturadas. Mas não adianta, porque nesse caso se trata, antes de tudo, de uma escolha política.

**CC: Seria perder tempo, já que a escolha está feita?**

LP: Sim. Nosso objetivo é levar à opinião pública a informação de que há mais alternativas para se conduzir a política econômica brasileira, que há muitos economistas que pensam de outra forma. E que a ortodoxia não é algo inatacável e inquestionável, como se fosse a única saída possível. É por isso que a Sociedade foi criada justamente em 1996.

**CC: O que aconteceu em 1996?**

LP: Foi em meados dos anos 90 que o neoliberalismo ganhou tanta força no Brasil. Hoje enfrentamos enormes dificuldades até para publicar artigos em revistas acadêmicas consideradas de primeira linha de economia, pois a maioria delas rejeita artigos de conteúdo heterodoxo, independentemente de sua qualidade.

Fim da matéria.

Site da SEP: link “O que somos”: <http://www.sep.org.br/>

A Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) foi criada em junho de 1996, durante a realização do I Encontro Nacional de Economia Clássica e Política, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói (RJ). Ao final desse Encontro foi realizada a assembléia de fundação da SEP, que aprovou seus estatutos e elegeu sua primeira diretoria. A SEP é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem por objetivo primordial garantir um espaço ampliado de discussão a todas as correntes teóricas e áreas de trabalho que entendam a economia como uma ciência inescapavelmente social e que, por isso, tenham na crítica ao mainstream seu elemento comum.

Para atingir esse objetivo, a SEP promove um Encontro anual de seus sócios e demais interessados para o debate de trabalhos afinados com o denominador comum da crítica à ciência econômica convencional. Desde 1998, a SEP promove também, paralelamente ao Encontro Nacional de Economia da ANPEC, uma Jornada de Economia Política, em que são discutidos trabalhos referentes a um tema previamente determinado. Visando ampliar as relações internacionais, a SEP começou, a partir de 1999, a participar como observadora da ICARE (Federação Internacional de Associações para a Reforma da Economia). Essa instituição reúne mais de 30 entidades de economia de vários países e a SEP é uma das primeiras da América Latina que a ela se soma.

A SEP edita ainda uma revista com periodicidade semestral, que traz artigos previamente submetidos à apreciação de referees, além de resenhas e outros documentos de interesse para a sociedade.